

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2017/2021

Ata número vinte e um

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada no dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Cine-Auditório da Casa da Cultura, Avenida Cidade Nova, em Mêda, com início pelas 09 horas 43 minutos, reuniu, em Sessão Ordinária de junho, a Assembleia Municipal de Mêda, presidida pelo seu Presidente, João Jorge Ferreira Lourenço, secretariado pelo 1.º Secretário, António Óscar Dias Amaral Sampaio e pelo 2.º Secretário, Luís Filipe Branco Lopes e com a presença dos seguintes **Membros da Assembleia Municipal**: José Augusto Heitor Fonseca; Cláudio Jorge Heitor Rebelo; Pedro Miguel Soeiro Lourenço; Miguel Ângelo Almeida Will; Paulo Jorge de Lemos Amaral; António Carlos Proença Simão de Almeida; Fernando Jorge Pinto Lopes; Marcelino António Rosa Piçarra, indigitado a substituir Luís Manuel Pêgo Todo Bom; António Manuel da Silva Ramos; Hermínio José Costa Albino.-----

As substituições foram efetuadas nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro e subsequentes alterações. -----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos: Mauro dos Santos Amado Frade (Presidente da Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga); Antero Augusto Gomes Martins (Presidente da Junta de Freguesia da Barreira); Vítor Manuel Tomé Almeida (Presidente da Junta de Freguesia da Coriscada); Pedro Alexandre Amaral Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal); Artur Jorge Bastos Pimentel, indigitado a substituir Vítor Manuel Almeida Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Ranhados); Luís Miguel Pires Marinho (Presidente da Junta de Freguesia de Marialva); Jorge Miguel Graça Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia do Poço do Canto); Joaquim António Rebelo Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Prova e Casteição); António Norberto Rodrigues Tairum (Presidente da Junta de Freguesia de Longroiva) e João Maria Diogo Sequeira (Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso).-----

Pela Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente, Anselmo Antunes de Sousa, e os Senhores Vereadores Júlio Fernando Amado Félix, do PS e Aurélio Teixeira Fonseca Saldanha, do CDS/PP.-----

Faltaram os Deputados Municipais Lúcio Augusto Pimentel Lourenço e Fernando Manuel Sérgio Jesus do CDS/PP, bem como Artur Paulo Ricardo Primo (Presidente da Junta da União de Freguesias de Valeflor, Carvalhal e Paipenela).-----

Declarada aberta a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, deu-se início à análise dos assuntos agendados para a mesma, cuja Ordem de Trabalhos se transcreve:-

- Intervenção do Público;-----

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD);-----

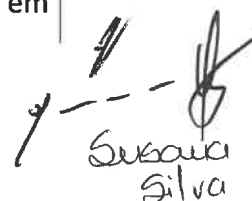
- Leitura de expediente;-----

- Aprovação da ata n.º 20 (26.02.2021);-----

- Intervenções dos Grupos Municipais e dos Deputados Independentes;-----

Período da Ordem do dia (POD);-----

Ponto 1 - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em


Susana
Silva

anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Ponto 2 - Proposta n.º 34/2021 - isenção do pagamento de taxas municipais devidas pela utilização privativa do domínio público para a instalação, exploração e operação de um ponto de carregamento de baterias de veículos elétricos no Município de Mêda;---

Ponto 3 - Proposta n.º 38/2021 - adesão do Município de Mêda à Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos; -----

Ponto 4 - Proposta n.º 39/2021 - suspensão do plano de saneamento financeiro;-----

Ponto 5 - ARU e ORU de Marialva;-----

Ponto 6 - Prestação de Contas do ano de 2020;-----

Ponto 7 - 2ª Revisão Orçamental;-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

Presidente da Assembleia Municipal - Não havendo público para intervir, passou de imediato para o ponto seguinte da Ordem de trabalhos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Presidente da Assembleia Municipal - Declarou aberto o Período Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao 1.º Secretário que procedesse à leitura do expediente.-----

1.º Secretário - Deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente: ----

Envio de *e-mail* por parte do Senhor Deputado Municipal Luís Todo Bom – PSD, solicitando a substituição do mesmo na presente sessão.-----

Envio de Moção aprovada em sessão da Assembleia Municipal de Mortágua, sobre “Rearborização”.-----

Aprovação da ata n.º 20 (26.02.2021);-----

Presidente da Assembleia Municipal - Usou da palavra, informando que as atas iriam ser votadas de acordo com a sua ordem cronológica, recordando que, de acordo com o preceituado no n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo “não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. Solicitou inscrições. Não havendo inscrições, colocou à votação a ata da Sessão Ordinária, realizada em 26.02.2021.-----

Votação: Colocada a votação a ata da reunião da Sessão Ordinária de fevereiro, realizada em 26 de fevereiro de 2021, foi aprovada por unanimidade dos Membros Municipais presentes e com direito de voto.-----

O Senhor Presidente da Assembleia municipal solicitou que fossem feitas as inscrições para intervenção neste período. -----

Cláudio Rebelo – PS – congratulou a Câmara Municipal de Mêda e toda a comunidade medense pela atribuição da Medalha de Mérito da Cidade de Mêda, à Senhora Ministra Dr.ª Ana Abrunhosa, não só pelas suas qualidades, mas pelo seu percurso de vida. Salientou a cerimónia, a qual considerou de digna.-----

Enalteceu a atribuição de uma casa na freguesia da Barreira a um sem abrigo.-----

Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionando quais as diligências que a Câmara Municipal tomou relativamente às intempéries que assolaram o concelho na semana passada, e que visaram as freguesias de Longroiva, Mêda, Fontelonga e Aveloso.-----

Terminou a intervenção dando os parabéns à parceria Câmara Municipal e Centro de Saúde de Mêda, pela forma como está a decorrer todo o processo de vacinação no concelho.-----

Paulo Amaral – PSD – Chamou a atenção para a possibilidade de, nos próximos dois anos, o centro de meios aéreos, vir a receber mais um helicóptero. Neste contexto, e

tendo em conta que o PDM ainda não se encontra concluído, solicitou à Câmara Municipal uma análise mais profunda do mesmo, complementada com um Plano Estratégico para o Centro de Meios Aéreos, onde não seja esquecida a reserva de terrenos, que possam albergar a “Casa da Proteção Civil) e outras forças de segurança, como a GNR.-----

Pedro Lourenço – PS – Reportou-se à sua intervenção na última sessão sobre o surto de covid que se abateu na Santa Casa da Misericórdia de Mêda, dizendo que, por lapso, não agradeceu às juntas de freguesia da Barreira e do Poço do Canto pelo lanche que ofereceram a todos os funcionários da Santa Casa e também à União de freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, pela oferta de material de proteção individual.--
-Dirigiu-se depois ao Senhor Presidente da Câmara, questionando se aquele sabia o motivo pelo qual entre 15 de janeiro e 15 de junho do corrente ano, ocorreram, na cidade de Mêda 98 (noventa e oito) operações STOP. Aventou que, não tendo estas operações STOP nada a ver com a sinistralidade, até porque os números da mesma, no concelho de Mêda, é 0 (zero), só poderá ter a ver com perseguição às pessoas da Mêda.-
Subscreveu as palavras de congratulação do Senhor Deputado Cláudio Rebelo relativamente ao processo de vacinação. Sublinhou que o ritmo a que está a ser feita é excelente, o que o leva a crer que cerca de 70% da população já tenha levado, pelo menos, a primeira dose da vacina.-----

Deu os parabéns pela forma como decorreu a XXIII Edição da Feira do Livro; deu também os parabéns pelas atividades do Dia Mundial da Criança; pelo programa de apoio à produção nacional; pelo concurso Nacional de Cultura entre outras atividades.-----
Por último, enalteceu a rápida intervenção do município nos estragos provocados pelas trovoadas que se abateram no nosso concelho, na semana passada.-----

Hermínio Albino – CDS – Elogiou todo o processo de vacinação, subscrevendo as palavras do Senhor Deputado Cláudio Rebelo.-----

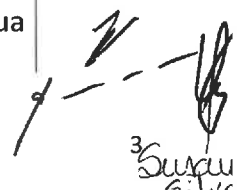
Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, questionando em que ponto é que se encontra o processo Pólo Termal de Longroiva.-----

Perguntou ao Senhor Presidente a razão de ser de movimentação de terras e terraplanagens na rotunda do IP2. Neste âmbito, questionou se já foi feita alguma coisa, para que, os candeeiros da nacional 102, de uma vez por todas, comecem a funcionar.-
Dirigiu-se depois ao Senhor Deputado Pedro Lourenço, declarando que, na sua opinião, a sinistralidade no concelho é 0 (zero) porque são feitas muitas operações STOP.-----

Fernando Lopes – PSD – Estando em fim de mandato, lamentou que, durante os últimos quatro anos não tenha havido mais debate sobre o concelho e os projetos para o concelho e para as gentes do concelho, aventando que esta falta de debate se deva a uma certa aversão aos mesmos por parte dos órgãos locais.-----

Subscreveu a intervenção do Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral relativamente ao PDM, acrescentado que o PDM é a bíblia de um concelho. Reiterou para que não haja pressa em colocar o mesmo em prática, e que se realizem sim, inúmeros debates, entre as forças políticas do concelho, sobre o mesmo.-----

De seguida, falou sobre o funcionamento da Assembleia Municipal de Mêda, dizendo que, na sua opinião, esta, está hoje mais pobre do que estava há 40 (quarenta) anos. Defendeu que a democracia é algo que não existe naquela Casa, acusando o Senhor Presidente da Assembleia de ser o pior Presidente que a Assembleia Municipal de Mêda já teve. Justificou a sua opinião, recordando que no início do mandato foram feitas inúmeras promessas em termos de melhoria de funcionamento e logística da mesma, mas a verdade é que, volvidos quatro anos, o funcionamento da Assembleia continua



3
Suzana
Silva

28
Susana
Silva

igual, para não dizer pior. Neste sentido, recordou algumas das propostas por si apresentadas e que acabaram por não sair do papel, como foi o caso da criação de Comissões e Grupos de Trabalho.-----

Quanto aos elogios ali deixados por alguns dos Deputados sobre a forma como está a decorrer o processo de vacinação no concelho, considera que os mesmos são um pouco exagerados, defendendo que o processo está a decorrer bem em todo o país, devido à boa organização da *task force*.-----

O dossiê relativo ao Pólo Termal de Longroiva, é na sua opinião um dossiê demasiado quente e ninguém quer tocar nele. Este assunto leva-o a lamentar que não se crie uma marca “Mêda”.-----

Recordou, mais uma vez, a deficiente cobertura do concelho em termos de fibra ótica, solicitando ao Executivo em Exercício, para que invista, a sério, neste tipo de infraestruturas tão necessárias para o concelho, como é o caso, facilitando assim a vinda de pessoas.-----

A terminar, falou na icónica Torre do Relógio, propondo que se convidasse o artista urbano Vhils a apresentar um projeto para a mesma. Ainda sobre este tema, propôs a criação de passadiços entre a Igreja Matriz de Mêda e a Torre do Relógio.-----

Por último, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a existência de algum Regulamento de Atribuição de Medalhas, e em caso afirmativo, solicitou que o mesmo lhe seja enviado.-----

António Almeida – PSD – Deu os parabéns ao Executivo, na pessoa do Senhor Vice-Presidente Júlio Félix, pela iniciativa que tiveram de no passado dia 24 de abril, enviarem um e-mail a todos os Deputados Municipais sobre as atividades que iriam decorrer. Espera é que este e-mail não seja filho órfão.-----

Relativamente à questão levantada pelo Deputado Fernando Lopes quanto à falta de democracia nas sessões da Assembleia Municipal, acrescentou desconhecer por que motivo não foi realizada a sessão de abril. É verdade que, devido ao covid, o Governo publicou uma alteração legislativa dizendo que a prestação de contas poderia ser aprovada na sessão de junho, mas em momento algum foi referido que não se deveria realizar a sessão de abril. Partilhou que o que a Lei refere é que a sessão deveria ser realizada nem que fosse através de meios eletrónicos. Lamentou que um ato de democracia, como é a realização de uma sessão da Assembleia Municipal, onde são debatidos e discutidos assuntos relacionados com o concelho e com os medenses, lhes tenha sido vedado por decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Reportou-se ao ato de atribuição de uma casa a um sem abrigo na freguesia da Barreira, ato que decorrerá mais logo e que contará com a presença da Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dr.ª Ana Godinho, mas, e do que tem conhecimento, é que este trabalho não foi feito pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social nem pela Câmara Municipal de Mêda, mas sim pela junta de freguesia da Barreira, com algum apoio financeiro da Câmara, pelo que deixava ali o seu apreço para com o Senhor Presidente da Junta da Barreira. Ainda sobre esta temática, questionou se a Câmara fez um levantamento sobre necessidades habitacionais dos medenses, ou se era só esta.-- Falou, mais uma vez, no Centro Interpretativo da Coriscada e no Painel de Baco. Volvidos quatro anos e muitas promessas, a verdade é que o Deus Baco continua esquecido.-----

Heitor da Fonseca – PS – Elogiou a criação do Guia de Apoio ao Investidor. Defendeu que aquele Guia é de extrema importância para o concelho avançar em termos económicos e, conseqüentemente, fixar pessoas. Lembrou que sempre defendeu que uma das vulnerabilidades do concelho é conhece-lo mal, o que leva a uma análise

incorreta dos verdadeiros problemas. Na sua opinião, este Guia vem obrigar os políticos a conhecer a realidade do concelho, o que considera muito importante. Para além disso, também defendeu que este Guia obriga a Câmara e os políticos a terem um papel mais pró-ativo na procura de investidores, o que leva a uma mudança de mentalidade e a uma nova energia alinhada com incentivos como o PRR ou a zona empresarial.-----
Mais acrescentou, quanto às palavras do Deputado Fernando Lopes, concordar com a necessidade de fomentar a discussão democrática, não o acompanhando nas críticas feitas ao Presidente da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra, começando por fazer uma pequena avaliação da situação atual da pandemia no concelho. Reforçou as intervenções anteriores dizendo que o processo de vacinação, no concelho de Mêda, tem decorrido de forma exemplar. Atualmente, com a primeira dose da vacina, estão vacinadas 2631 (duas mil seiscentas e trinta e uma) pessoas, o que corresponde a mais ou menos 60% do total da população, e com a segunda dose, 1470 (mil quatrocentas e setenta) pessoas, o que corresponde mais ou menos a 35% do total da população. Ainda sobre esta temática, falou sobre o apoio dado pela Câmara Municipal às IPSS e aos comerciantes, isto em termos monetários, e aos alunos através da atribuição de computadores e internet.-----

Fez saber que, muito em breve, será submetida à aprovação do IRU - Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, a Estratégia Local de Habitação. Este é um projeto que tem por objetivo fazer um diagnóstico das carências existentes em termos de acesso à habitação.-----

Foi também assinado um memorando de entendimento entre a CIMBSE e as entidades parceiras, como municípios e universidades, para o desenvolvimento do projeto de atividade e convergência digital em territórios de baixa densidade. A informação de que dispõe neste momento sobre este assunto é que, muito em breve, todo o território de baixa densidade será coberto com banda larga fixa e móvel.-----

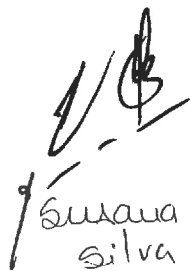
Fez um resumo das obras em curso. Falou sobre a zona empresarial, obra que considera estruturante para o concelho, mas que ainda não arrancou devido a uma reclamação, por parte de uma das empresas concorrente, junto do Tribunal Administrativo. Referiu obras que não constando da lista anexa à Informação do Senhor Presidente mas que se encontram em fase de conclusão do procedimento, são obras como o Largo do Rabaçal, obra orçada em cerca de duzentos mil euros; estrada de ligação entre Cancelos e Areola e ainda a ampliação de água e esgotos em algumas freguesias.-----

Mostrou-se satisfeito com a informação dada pelo Senhor Deputado Municipal Paulo Amaral quanto á vinda de um segundo helicóptero, salientando a importância do PDM.- Sobre o PDM, fez saber que, o mesmo se encontra em fase de conclusão e que no mês de julho será levado a discussão pública.-----

Sobre as operações STOP realizadas pela GNR, informou o Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço, que as mesmas decorreram de forma mais premente no período em que o concelho estava na linha vermelha, quanto ao número de casos de covid.-----

Sobre as Termas de Longroiva, garantiu que as mesmas não irão fechar. Neste momento, a Câmara Municipal está a analisar a questão, mas sempre em defesa dos interesses dos municípios.-----

Disse que a questão social é algo que é muito importante para ele e, felizmente, no concelho, os casos de carência em temos habitacionais, são inexistentes.-----


Susana
Silva

De seguida, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente Júlio Félix para responder às restantes questões.-----

Sobre as trovoadas que ocorreram nos dias 16, 17 e 18, a Câmara respondeu de forma pronta e rápida aos estragos provocados pelas mesmas. Especificou que, para além da limpeza de estradas foi publicada na página do Facebook do Município, o que os agricultores deveriam fazer nas vinhas afetadas. Foi também feito um levantamento dos estragos que foi prontamente remetido à Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, do qual constava uma estimativa, em termos de estragos, de cerca de 700 hectares de vinha para além de outras culturas, como olival e amendoal. Foram também comunicados estragos em mais de 20km de caminhos públicos, em Longroiva, e na Mêda em cerca de 17km.-----

Reforçou a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre o PDM.-----

Explicou que o e-mail enviado a todos os Deputados Municipais, teve como principal objetivo divulgar o concurso para o Colab MORE.-----

Ao Senhor Deputado Fernando Lopes respondeu que muito mudou na Mêda nos últimos quatro anos. Há projetos executados; há projetos em carteira e há projetos para o futuro.-----

Sobre o Centro Interpretativo da Coriscada, informou o Senhor Deputado António Almeida de que está a ser feito um projeto para o rés do chão, para que o Paine de Baco seja recebido de forma digna.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

(Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que seja necessária.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** declarou nada ter a aditar face à informação previamente distribuída, disponibilizando-se para prestar qualquer esclarecimento adicional que seja necessário.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Fernando Lopes – PSD – Elogiou as melhorias introduzidas no documento, porém, o Guia do Investidor explanado no mesmo é algo que muitos dos concelhos do interior já têm há mais de 10 anos. Na sua opinião, este Guia não passará de papeis cheios de banalidades, caso não seja posto em prática no dia a dia.-----

PONTO 2 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 34/2021 DO EXECUTIVO MUNICIPAL RELATIVA À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA A INSTALAÇÃO, EXPLORAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM PONTO DE CARREGAMENTO DE BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NO MUNICÍPIO DE MÊDA;-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto dois** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (anexo I), passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que o município de Mêda foi um dos

primeiros a ser selecionado para a colocação de um posto de carregamento de baterias de veículos elétricos. Nesta proposta a empresa que colocou o posto de carregamento vem pedir a isenção de taxa anual no valor de 80 (oitenta) euros. Ressalvou que todos os municípios onde esta empresa colocou estes postos de carregamento, isentaram a mesma do pagamento da taxa.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

António Almeida – PSD – para o Senhor Deputado esta proposta tem a ver com uma questão de princípio. Defendeu que, se a empresa cobra os carregamentos aos utilizadores, então, aquela, também deve se taxada. Questionou se, de futuro, a Câmara Municipal de Mêda, passar a ter uma frota de veículos elétricos e carregar os seus veículos nesse posto, se irá pagar os abastecimentos ou se também será isenta. Na sua opinião, mesmo sendo um valor irrisório, a empresa não deveria ser isenta do pagamento da taxa. Comparou esta situação com a proposta de diminuição da taxa de IRS para o valor mínimo, situação que mexe com o bolso dos medenses e, nessa altura, o Executivo em Exercício foi perentório em defender que não era possível, mas, isentar uma empresa privada de uma taxa, já é viável. Terminou dizendo não entender estas incoerências.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou o Senhor Deputado que os carregamentos não são pagos.-----

Fernando Lopes – PSD – concordou com a colocação do posto de carregamento para veículos elétricos, sugerindo ao Executivo que solicite à empresa proprietária do mesmo, que coloque um carregador digital, com o objetivo de divulgar aos utilizadores do posto, informações sobre a localidade, como restaurantes, etc.-----

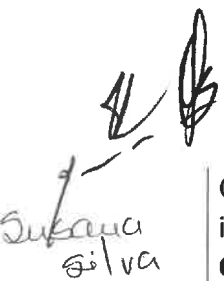
Não se verificando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a presente proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP, JPL, CS, PNT, UPT e 5 (cinco) deputados municipais do PSD, e a abstenção de 1 (um) deputado municipal do PSD (Fernando Lopes), aprovar a Proposta n.º 34/2021 do Executivo Municipal.-----

PONTO 3 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 38/2021 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MÊDA À ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FINS ESPECÍFICOS APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto três** da ordem de trabalhos, nos termos dos documentos apresentados, os quais são devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitados. Passou a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para apresentar a proposta.-----

No uso da palavra o Senhor **Vice-Presidente** introduziu que o concelho de Mêda faz parte da Região Demarcada do Douro Superior. Defendeu que o Douro tem grande importância na economia do concelho, tanto que o concelho é produtor de vinhos do alto douro; é produtor de amêndoa DOC douro; é produtor de queijo ou está integrado na zona produtora de queijo terrincho e Doc terrincho e também de borrego terrincho.- Fazem parte desta Associação 7 (sete) concelhos, sendo 6 (seis) da NUTE2 Norte e 1(um) da NUTE2 Centro. Esta adesão tem como principal objetivo potenciar o turismo na nossa região, onde, de facto o Douro tem uma grande importância. Neste âmbito, promover também a cooperação com a Espanha.-----


Susana Silva

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Cláudio Rebelo – PS – partilhou que, na sua opinião, o concelho de Mêda é periférico da CIM onde está inserido, CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. No seu ponto de vista o concelho de Mêda deveria sim, estar inserido na CIM Douro.-----

Espera que a adesão a esta Associação, seja um sentimento de identidade, porque o concelho de Mêda é Douro Superior.-----

Fernando Lopes – PSD – concordou com a intervenção do Deputado anterior, declarando concordar em absoluto com a adesão do município a esta Associação. Mas, mais uma vez, defendeu que é necessário haver debate, para que esta não passe de mais uma adesão como tantas outras.-----

Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a presente proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta n.º 38/2021.-----

PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA N.º 398/2021 – SUSPENSÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto quatro** da ordem de trabalhos, nos termos do documento apresentado, o qual se anexa à presente ata e dela faz parte integrante, passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** resumiu que, em 2013, foi feito um empréstimo junta da banca, para fazer face a algumas dívidas existentes. Esse empréstimo é designado como saneamento financeiro. Com o envio do projeto da área empresarial para Visto do Tribunal de Contas, foi solicitado à Câmara Municipal que enviasse documentos comprovativos do ponto de situação do saneamento financeiro e esta Proposta é isso mesmo. É a resposta que vai ser dada ao Tribunal de Contas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Não se registando nenhum pedido de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a presente proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta n.º 34/2021.-----

PONTO 5 - ARU E ORU DE MARIALVA APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto cinco** da ordem de trabalhos, nos termos dos documentos apresentados, os quais são devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitado, passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente para explicar este ponto.-----

Após lhe ter sido dada a palavra, o Senhor **Vice-Presidente**, partilhou que este projeto tem por objetivo a definição da ARU de Marialva - Área de Reabilitação Urbana de Marialva, numa área de 36,7 hectares. Este projeto de reabilitação urbana engloba todo o núcleo histórico, a chamada Vila e a Devesa. Este projeto veio permitir a elaboração de uma ORU e também de um PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Marialva, constituído este último por três eixos, a saber: eixo 1 – património e identidade; eixo 2 – coesão e sustentabilidade e eixo 3 – ambiente e sustentabilidade. Com este projeto, pretende-se ainda ter um Plano Estratégico que facilitará apoios no próximo Quadro de Apoio e o PRR.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Fernando Lopes – PSD – realçou a importância de Marialva no turismo do concelho, porém, e não fosse um privado investir de forma premente, muitas das pessoas continuariam a ver Marialva como uma aldeia do concelho de Trancoso ou do concelho de Foz Côa. Defendeu uma nova estratégia de *marketing* para a maravilhosa aldeia de Marialva, sugerindo ao Executivo em Exercício, que pense nas mais variadas formas de fazer com que as pessoas que visitam Marialva, mais concretamente as Casas do Côro e outros empreendimentos turísticos que ali estão a nascer, visitem a sede do concelho.- Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a presente proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ARU e ORU de Marialva.-----

PONTO 6 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2020 APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto seis** da ordem de trabalhos, nos termos dos documentos apresentados, os quais são devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitado, passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** introduziu que aquele é um documento técnico.---- Em termos de execução orçamental da receita e da despesa, a mesma totaliza 58% e 49%, respetivamente. Afirmou que aquele é um valor que fica muito aquém do desejado, porém existem diversos fatores que levaram a estes números, como o atraso do Quadro Comunitário 2020.-----

Acrescentou que grande parte da despesa tem sido com o pessoal, as quais representam 48,61% das despesas correntes. Neste sentido informou a Assembleia Municipal de que, entre os anos de 2017 e 2020, as despesas com pessoal evoluíram da seguinte forma: 2017 - três milhões e sessenta e cinco mil; 2018 - três milhões e oitenta e nove mil; 2019 - três milhões duzentos e cinquenta e seis mil e em 2020 - três milhões duzentos e quarenta e seis. Portanto, de 2019 para 2020 não aumentou. Acrescentou que este valor engloba as avenças.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Fernando Lopes – PSD – fez saber que a “saúde” financeira da Câmara Municipal de Mêda nunca foi uma preocupação. Em abono da verdade, não podia deixar de partilhar que, quando o PSD perdeu a Câmara a situação financeira da Câmara também não era preocupante e os 4 milhões que fizeram de empréstimo serviu única e exclusivamente para justificar algumas situações, situação normal de quem chega ao poder passados vários anos, esquecendo os vários fundos comunitários aprovados e que dariam entrada nos cofres da Câmara.-----

Não quis entrar muito no assunto das avenças, dizendo apenas que é um mecanismo do qual os Executivos dispõe, sendo que, seriam insensatos se não recorressem ao mesmo, principalmente em época de eleições.-----

Hermínio Albino – CDS – tendo em conta os números da execução orçamental, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que explicasse a que se devem estes números tão baixos em termos de execução orçamental.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** referiu que aqueles números se devem, em grande parte, a obras que já se encontram adjudicadas mas que ainda não foram iniciadas.-----

Susana
Silva

Não se verificando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a presente proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP, JPL, CS, PNT, UPT e 5 (cinco) deputados municipais do PSD, as abstenções de 1 (um) deputado municipal do PSD (Fernando Lopes) e os votos contra de 2 (dois) deputados municipais do CDS/PP (António Ramos e Hermínio Albino), aprovar a Prestação de Contas do ano de 2020.-----

PONTO 7 – 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL APRESENTADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL---

O **Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu com o **ponto sete** da ordem de trabalhos, nos termos dos documentos apresentados, os quais são devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal forem solicitado, passando a palavra ao Presidente da Câmara para algum esclarecimento adicional.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que esta Revisão Orçamental se prende com a criação de duas novas GOP's.-----

Uma tem a ver com a criação do Fundo de Apoio Monetário – FAM, e a outra com a adesão à Associação de Municípios do Douro Superior.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se existia alguém interessado para intervir sobre este ponto.-----

Fernando Lopes – PSD – referiu que a Lei prevê que os documentos provisionais sejam enviados com 48h de antecedência. O documento não fez 48h, tendo-o recebido quarta feira às 19h e qualquer coisa, estando em crer que não foi cumprido aquilo a que a lei obriga.-----

Depois, chamou a atenção para o facto de, após a implementação do novo sistema de contabilidade nas autarquias locais, as Revisões Orçamentais passaram a designar-se Alterações Orçamentais Modificativas.-----

A terminar, questionou se a Câmara Municipal já dispõe de contabilista público nomeado nos quadros.-----

O Presidente da Câmara Municipal informou o Senhor Deputado que ainda se encontra em período de transição a obrigatoriedade de a Câmara ter um contabilista nomeado nos quadros da Câmara.-----

Não se verificando mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou a presente proposta a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP, JPL, CS, PNT, UPT e PSD e as abstenções de 2 (dois) deputados municipais do CDS/PP (António Ramos e Hermínio Albino), aprovar a 2ª Revisão Orçamental.-----

PONTO 8 - APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA:-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Digníssima Assembleia a aprovação das deliberações por minuta, assinadas pelo Presidente e pela Secretária do Gabinete de Apoio ao Senhor Presidente, a qual foi aceite e deliberada por maioria, com os votos a favor do PS, CDS/PP, JPL, CS, PNT, UPT, 5 (cinco) deputados do PSD e o voto contra de 1 (um) deputado municipal do PSD (Fernando Lopes), a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.-----

ENCERRAMENTO:-----

Quando eram doze horas e trinta e cinco minutos, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mêda, Primeiro e Segundo Secretário, e por mim que a lavrei, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.-----

res 2021 197

Antonio Oscar Dias de Azevedo Campos

Luiz Filipe Barros Lopes

Suzana Maria Barros Silva